



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

Edna Maria da Silva

ednasilv@yahoo.com.br

Programa de Pós Graduação em Economia/Universidade Federal da Bahia

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

“Somos muitos Severinos iguais em tudo e na sina:
a de abrandar estas pedras suando-se muito em cima,
a de tentar despertar terra sempre mais extinta,
a de querer arrancar alguns roçados da cinza”
(João Cabral de Mello Neto)¹.

RESUMO

No âmbito das medidas conservadoras que vem trazendo retrocesso das políticas públicas e sociais no Brasil faz-se necessário analisar o estado das artes das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) construída de forma democrática e implantada no ano de 2003, pelo governo federal, apontava uma sinalização de ruptura com o padrão de difusão tecnológica produtivista. No entanto no ano de 2016, com o governo Temer, algumas mudanças institucionais sinalizam o enfraquecimento das ações direcionadas para a agricultura familiar, dentre elas, a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) que era responsável pela condução da PNATER. Para entender essa proposta de mudança é preciso fazer um estudo tomando como referência a construção da PNATER, a lei de ATER e as ações de ATER conduzidas pelo governo no período compreendido entre 2003 e 2015. Assim diante dessa análise panorâmica faz-se necessário analisar a continuidade da PNATER nesse cenário de retrocesso das políticas públicas e sociais. A proposta deste trabalho é trazer algumas questões a respeito da construção dos excluídos pelo modo de produção, bem como, pela ciência a seu serviço, através de tecnologias excludentes que são financiadas pelo Estado, a exemplo do modelo produtivista de produção, do sistema de crédito, especialmente do serviço de extensão rural. Neste sentido, tendo em vista que há uma relação orgânica entre a lógica da acumulação de capital e o progresso técnico-científico, situação que subordina a ciência ao capital, com o aval e financiamento do Estado, e já que na função objetivo do capital não é considerada a condição de vida, a condição ambiental dentre outras, pergunta-se: a) como vem sendo executada a proposta de ATER nas políticas públicas federais? Tem sido capazes de romper com o modelo difusionista,

¹Morte e Vida Severina, possui 18 cenas ou fragmento poéticos, foi publicado em 1956, em 1965 foi musicado por Francisco Buarque.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

conforme proposta da PNATER, ou seguiram os retrocessos das políticas públicas nacionais?; b) como o Estado da Bahia vem conduzindo as ações de ATER nesse cenário de ajuste fiscal?

Palavras-chave: ATER. PNATER. Exclusão social.

ABSTRACT

Within the framework of the conservative measures that have backtracked the public and social policies in Brazil, it is necessary to analyze the Technical Assistance and Rural Extension (ATER). The National Policy for Technical Assistance and Rural Extension (PNATER), built democratically and implemented in 2003 by the federal government, indicated a sign of rupture with the pattern of productivist technological diffusion. However, in the year 2016, with the Temer administration, some institutional changes signaled the weakening of policies aimed at family agriculture, among them, the extinction of the Ministry of Agrarian Development (MDA), which was responsible for conducting PNATER. In order to understand this proposed change, it is necessary to make a study on the construction of PNATER, ATER's law and actions between 2003 and 2015. Thus, in overview, it is necessary to analyze the continuity of PNATER in this scenario of regression of public and social policies. This paper brings some questions about the construction of excluded social groups by the mode of production, as well as by the science at its service, through exclusive technologies that are financed by the State, such as the productivist production model, the credit system, especially the rural extension service. In this sense, since there is an organic relationship between the logic of capital accumulation and technical-scientific progress, which subordinates science to capital, with the endorsement and financing of the State, and since in the objective function of capital the living condition of life is not considered, neither is the environmental condition, among others, we ask ourselves: a) how has the ATER proposal been executed in federal public policies? Have they been able to break with the diffusionist model, as proposed by PNATER, or have they followed the setbacks of national public policies? b) how has the State of Bahia been conducting ATER's actions in this scenario of fiscal adjustment?

Key Word: ATER. PNATER. Social excluded.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

1. Introdução

Neste artigo faz-se uma breve revisão da trajetória dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), começando por uma discussão do modelo dominante de inovação e difusão tecnológica na agricultura brasileira nos anos 1960 e 1970. Posteriormente destaca-se o processo de extinção da Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMBRATER), na década de 1990, que relegou a agricultura, particularmente a familiar, a uma posição secundária nas discussões das políticas referentes à extensão rural. Com a extinção da EMBRATER, os estados da federação assumem a execução dos serviços de ATER.

Somente em 2003, com a Política Nacional de Extensão Rural (PNATER), refaz-se a lógica de extensão rural, valorizando-se a participação dos diversos sujeitos sociais rurais. Propõe-se no cenário nacional uma alternativa ao modelo dominante de inovação e difusão tecnológica na agricultura, destacando-se a crescente necessidade de incorporação dos saberes tradicionais dos agricultores.

Essa nova política de ATER construída de forma democrática e participativa, no período de 2003 a 2015, vinha se fortalecendo no campo e a pergunta que se colocava era: o modelo alternativo de ATER será capaz de superar o modelo dominante dos serviços de ATER, com transferência de tecnologia unidirecional e unilateral? No entanto, no ano de 2016, com o governo Temer, algumas mudanças institucionais sinalizam o enfraquecimento das ações direcionadas para a agricultura familiar, dentre elas, a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) que era responsável pela condução da PNATER.

Nessa nova conjuntura de imposição de medidas conservadoras, que vem trazendo retrocesso das políticas públicas e sociais no Brasil, faz-se necessário analisar o estado das artes das ações de ATER. Desse modo, pergunta-se: como tem sido executada a proposta de ATER nas políticas públicas federais? Tem avançado no sentido da ruptura com o modelo difusionista, conforme



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

proposta da PNATER, ou seguiu os retrocessos das políticas públicas nacionais? Para responder essas questões baseia-se em uma revisão de literatura sobre a temática. Este trabalho é parte do projeto de tese de doutorado que está ainda em construção.

Este artigo é composto por esta breve introdução e por mais três seções. Na segunda seção, discute-se a origem e trajetória do modelo de ATER adotado no Brasil. Na terceira seção apresentam-se algumas medidas institucionais, adotadas no Governo Temer, direcionadas ao mundo rural. E, por fim, as considerações finais.

2. Do modelo produtivista e difusionista ao modelo alternativo de ATER

Morte e Vida Severina retrata a sina de Severino, um nordestino que foge da morte antes dos trinta, da seca do sertão pernambucano e da vida sofrida em busca de uma vida melhor na cidade (NETO, 2016). Severino representa todos os retirantes do sertão brasileiro que são “iguais em tudo na vida” - que têm a mesma vida Severina e mesma morte Severina - e boa parte deles são os invisíveis filhos de agricultores familiares, os excluídos da reforma agrária, das comunidades tradicionais, dentre outros habitantes do rural.

O poema de João Cabral traz uma reflexão acerca das histórias de retirantes nordestinos, que perambularam no período da industrialização e que seguem perambulando em busca de melhores condições de vida; ou ainda dos que perderam suas vidas na luta por terra, a qual é uma das formas da “morte severina”. Os retirantes nordestinos remetem à lembrança os “outros”, os “invisíveis”, “os do outro lado da linha” que são discutidos nos artigos de Boaventura Santos (2005; 2009), e que não são objeto de preocupação do capital, do Estado e nem de boa parte da ciência convencional, comprometida com a reprodução capitalista.

Não há como entender as histórias dos “Severinos” sem entender o processo histórico da formação econômica e social do Brasil. Para entender o êxodo rural é preciso conhecer a formação da



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

estrutura agrária no Brasil, o processo histórico de exclusão social gerada no âmbito da agricultura vinculada ao sistema capitalista; pois como afirma Germani (2010) é na estrutura agrária que se mostram as relações sociais de produção.

As relações sociais determinam a “sina” dos Severinos: “a de abrandar estas pedras suando-se muito em cima, a de tentar despertar terra sempre mais extinta, a de querer arrancar alguns roçados da cinza” (NETO, 2016, p. 20). Nesse ambiente árido, sob o domínio dos grandes senhores de terra, e sem qualquer apoio do Estado para produzir seus alimentos, muitos Severinos migram em busca de melhores condições de vida.

A intensificação do êxodo rural resulta do modelo de difusão tecnológica adotado no Brasil. A ciência moderna, vista e considerada enquanto proporcionadora do desenvolvimento capitalista, tem como orientação a valorização e reprodução do capital, o que implica, consequentemente, na produção de mais exclusão social. O caso da tecnologia desenvolvida para atender ao modelo produtivista agrícola, que é poupadora de mão-de-obra e intensiva em capital, tem essa orientação; além de ser pensada para a estrutura de monocultivo em grandes áreas. As condições objetivas que criaram “os Severinos” foram as mesmas que em diversos momentos históricos os fizeram resistir e se organizar em prol da luta pela terra e por melhorias na sua condição de vida. Nesta dinâmica adquirem relevância o pequeno agricultor, o trabalhador rural e os movimentos sociais na busca pelo acesso à terra, à ATER, e ao crédito rural como elementos mitigadores da exclusão social e da migração, dentre outros. Devido à amplitude da temática faz-se um recorte para apresentar uma síntese histórica da ATER e “a que será que se destina?”² Produz ela mais Severinos “que em vossa presença emigra” ou cria condições de permanência na terra?

Para entender porque há tantos “Severinos de Maria”, é necessário fazer uma revisão da trajetória dos serviços de extensão rural, a partir da discussão do modelo dominante de inovação e difusão tecnológica na agricultura. Considera-se que o modelo produtivista causou a marginalização dos

² Caetano Veloso.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

pequenos produtores rurais, provocando e intensificando o êxodo rural. Ou seja, grande parte dos Severinos foram criados no processo de modernização da agricultura através de um serviço de extensão produtivista e difusionista financiado pelo Estado e propagado pelas universidades.

De acordo com Romeiro (1991), o modelo produtivista de desenvolvimento agrícola foi difundido em nível mundial pelos Estados Unidos da América no âmbito da revolução verde. Esse sistema de produção possibilitou a prática da monocultura em grande escala, através da mecanização agrícola, do uso de fertilizantes, sementes com alta capacidade de resposta, e no controle de pragas e doenças via produtos químicos. E, nesse processo de transferência das técnicas agrícolas produtivistas, o serviço de extensão rural desempenhou o seu papel difusionista, excludente, direcionado para a agricultura comercial, com alto grau de especialização, que exige áreas extensas e pouca mão-de-obra.

O serviço de extensão rural surge na mudança do paradigma da agricultura tradicional para o da modernização agrícola, e é utilizado amplamente na difusão da tecnologia para os agricultores. Ações de modo extensionista são encontradas em registros históricos antigos, mas o termo extensão tem sua origem nas ações praticadas pelas universidades inglesas, em meados do século XIX com o desenvolvimento do capitalismo.

No início do século XX, os Estados Unidos criam o serviço cooperativo de extensão rural, estruturado com a participação de universidades americanas e consolidam a forma institucional da extensão rural. Esse modelo foi difundido para a América Latina, inclusive para o Brasil, com o apoio econômico das instituições públicas e privadas estadunidenses, como “parte dos programas de ajuda ao desenvolvimento do terceiro mundo” e com a contribuição de *experts* americanos, que exportaram sua filosofia, princípios, e métodos de comunicação (PEIXOTO, 2008a).

O serviço de extensão rural foi institucionalizado em 1948, em Minas Gerais, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR). O governo mineiro assinou convênio com



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

American International Association (AIA), entidade ligada à família Rockefeller, que tinha o objetivo de difundir o modelo de serviço extensionista americano, no contexto de polarização geopolítica da guerra fria. Contudo, como aponta Caporal (2016), a atividade de extensão rural não era uma política nacional de governo, outras ACAR foram sendo constituídas como organizações civis, sem fins lucrativos, de direito privado, que prestavam serviços de extensão rural e elaboravam projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financiadores. O serviço de extensão não nasceu como uma política pública da União, no entanto, após uma década foi consolidado o Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER), que contou com o apoio financeiro e institucional do governo.

No governo militar houve uma concentração dos esforços de políticas agrícolas – com crédito agrícola subsidiado, pesquisa e extensão rural – voltados para difundir pacotes tecnológicos centrados nas variedades de produtos comerciais de alto rendimento, com massiva adoção de insumos químicos e outras tecnologias necessárias ao crescimento da produção agrícola. A extensão assume o seu papel na promoção da transição do país, que sai de um modelo agrário agroexportador para industrial, tendo como base teórica a difusão de inovações e apoiada em uma política de crédito que privilegiava os médios e grandes produtores (LISITA, 2016; PEIXOTO, 2008a), eis o fim a que se destina a ATER.

Como afirma Santos (2005; 2009) a ciência moderna cria uma linha abissal que separa os desse lado da linha daqueles que estão do outro lado da linha, de tal forma que cria os “invisíveis”. Assim foi exercido o papel da extensão rural como condutora do saber “científico” no campo brasileiro intensificando a linha abissal entre as grandes propriedades modernas e as pequenas propriedade familiares, ou seja, produziu-se mais Severinos a partir da transferência de tecnologias excludentes.

Em 1974, o Governo Federal estatiza o SIBER e cria a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado e



patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Agricultura. A EMBRATER passa a coordenar os serviços de ATER em todo o país (PEIXOTO, 2008a).

A EMBRATER estava integrada à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), ambas com autorização para dar suporte financeiro às instituições estaduais oficiais que atuassem em ATER e pesquisa agropecuária. Essa mudança refletia a incorporação maciça de tecnologias para a melhoria da produtividade agrícola do País (PEIXOTO, 2008a).

Nos anos 1990, em um ambiente de políticas neoliberais a EMBRATER foi extinta e a extensão rural ficou sem coordenação nacional até o início do século XXI. Com o desmonte da EMBRATER, as ações de ATER são orientadas pelas políticas dos governos dos estados federados. No caso particular da Bahia³, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), criada em 1992, assumiu o papel de pesquisar, transferir tecnologia e oferecer assistência aos agricultores. No entanto a referida empresa que vinha passando por diversas crises foi extinta no âmbito da reforma administrativa estadual em 2015, tornando mais aguda ainda a problemática dos serviços de extensão para a população rural.

Ainda nos anos 1990, em um ambiente de pressão social e redemocratização, o Movimento dos Sem-Terra (MST) e o movimento sindical de trabalhadores rurais, dentre outros, desenvolveram ações que exigiram do governo respostas para suas demandas. Nesse período foram realizados estudos acadêmicos que trouxeram o conceito de Agricultura Familiar (AF) como uma nova categoria de análise, que posteriormente será inserida na agenda política.

Em 1995, acontece em Brasília o Seminário Nacional Agricultura Familiar e Extensão Rural. No ano seguinte, cria-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A pressão dos movimentos sociais pela ampliação do crédito, pelo serviço de ATER público, gratuito e

³ Na Bahia está em construção uma nova forma de gestão dos serviços de ATER, no qual o Estado assume o papel de regulador dos serviços através de BAHATER.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

de qualidade é fortalecida. Assim, tem início a reestruturação da ATER, culminando, em 2004, com a nova PNATER, vinculada ao MDA, que definiu as diretrizes para a elaboração do Programa Nacional para Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), publicado em maio de 2005 (MDA, 2005). A partir de então a ATER, conduzida pelo MDA, é direcionada para os agricultores familiares de baixa renda.

A construção da PNATER começa por uma análise crítica do modelo dominante vigente, materializado no produtivismo agrícola. A sociedade civil através dos fóruns de debates dá sua contribuição para a concepção da PNATER, suas diretrizes e ações. Tenta-se uma mudança de paradigma na base da produção agrícola, pois a nova política incorpora o conceito de agroecologia, a diversificação das culturas, o saber tradicional, dentre outros (CAPORAL, 2016).

A proposta de um modelo alternativo de ATER foi construída e debatida em muitas instâncias na sociedade. Esse modelo vem sendo executado com projetos pontuais financiados pelo Estado, através de chamadas públicas, que incorpora a agroecologia e a segurança alimentar das famílias. No entanto, o volume de recursos disponibilizado para o programa não atendia à demanda de todas as famílias rurais brasileiras.

Nesse ambiente de desenvolvimento da agricultura capitalista é pouco provável que uma política pública seja capaz de romper com a estrutura “científica” já consolidada para a monocultura inserida em estruturas de mercado oligopolizadas. Esse desenvolvimento agrícola, proposto e defendido pela ciência tradicional, pautado nas grandes propriedades rurais e com produção orientada sobretudo para o mercado externo é uma escolha do Estado. Aqui cabe destacar a coexistência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do antigo MDA como expressão desse conflito de classes e, ao mesmo tempo, de tentativa por parte do Estado de mediar iniciativas do modelo produtivista direcionado para médias e grandes propriedade e do modelo voltado para o atendimento das demandas dos agricultores familiares.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Conforme Poulantzas (1968) o Estado está a serviço de uma classe dominante. E a classe dominante orienta as pesquisas científicas para responder às suas demandas. Não há neutralidade na pesquisa científica para o desenvolvimento da agricultura capitalista, nesse sentido Romeiro (1991) ao estudar o modelo euro-americano afirma que as Estações experimentais do EUA procuravam responder as demandas dos agricultores americanos, e estas eram orientadas pelo mercado.

Em 2009 institui-se a segunda PNATER – pela Lei nº 12.188, de janeiro de 2010 –, que define a ATER como um serviço de educação não formal, de caráter continuado no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização da produção e dos serviços agrícolas e não agrícolas, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2014).

O governo federal ampliou as ações de ATER através de chamadas públicas, mas ainda é grande o número de agricultores familiares que não têm acesso a esse serviço. O MDA conduziu as ações de ATER via chamada pública de editais, apoiando projetos pontuais, dentre outras formas de fomento até 2016, quando houve a sua extinção no governo Temer (BRASIL, 2016). Em 2016, houve também a suspensão ou paralisação das chamadas públicas federais para ATER. Embora existam muitas críticas sobre o modo de condução da ATER e sobre o volume de recursos disponibilizados nos governos Lula e Dilma, o retrocesso na condução das políticas públicas de inclusão social é evidente no atual governo e o futuro do modelo alternativo de ATER é duvidoso.

3. Os rumos do modelo alternativo de ATER

Diante do exposto busca-se refletir se o modelo alternativo de ATER, que considera o saber dos sujeitos sociais e a diversificação da agricultura familiar, terá continuidade. E, tendo continuidade, se será capaz de dar visibilidade aos invisíveis, de garantir condições e qualidade de vida para os agricultores familiares, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, marisqueiras, pescadores, dentre tantos outros.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Essa é uma discussão complexa, pois a proposta do modelo alternativo de ATER é incorporar os saberes tradicionais e a heterogeneidade da agricultura familiar. Ora, se a proposta de uma ATER agroecológica gestada pelos sujeitos sociais e discutida no movimento social é institucionalizada, legalizada pelo governo federal, por que não viabilizar uma formação científica nas universidades e nos centros de pesquisas federais que não reproduza o paradigma da ciência tradicional produtivista?

Como aponta Oliveira (2002), existem inúmeros espaços para serem ocupados pelos sujeitos sociais e pelo poder público. O desenvolvimento local refere-se à capacidade efetiva de participação da cidadania, mas essa participação muitas vezes não se mostra possível devido à atuação de grandes grupos econômicos e políticos, os quais estabelecem correlações de forças que distanciam os cidadãos comuns de uma maior participação política.

Para se compreender de forma adequada o conceito de desenvolvimento agrícola é necessário entender que o objetivo do sistema capitalista é se reproduzir, pela via de acumulação de riqueza, modificando as relações sociais no campo. Nessa direção a ATER difusionista foi construída sem a participação da sociedade civil e tendo como objetivo o desenvolvimento da agricultura em bases capitalistas, sem incorporar nesse processo qualquer preocupação social com os agricultores familiares, nem tampouco qualquer preocupação ambiental. O avanço da agricultura capitalista no campo que intensificou o êxodo rural de um grande número de agricultores, resultou num inchaço das cidades que não estavam estruturadas para recebe-los, bem como não havia espaço para o trabalho digno do migrante, seja, na indústria ou no setor de serviços. Assim os migrantes continuam na condição de excluído, de invisível, seguindo a sina de perambular em busca de melhores condições de vida.

A consolidação do Governo Temer trouxe a adoção de um conjunto de medidas conservadoras que atingem profundamente diversos segmentos sociais ao desmontar as políticas e programas que vinham sendo implantados no campo. Essas medidas nefastas afetam, sobretudo, a classe



trabalhadora e as populações que historicamente foram marginalizadas, tais como os agricultores familiares, assentados de reforma agrária, povos originários da terra, os quilombolas, extrativistas, pescadores, artesãos, dentre outros.

As políticas públicas, admitindo seus sucessos e fracassos, são resultados de anos de lutas dos movimentos sociais e das organizações de classes que vinham atuando em uma democracia participativa em consolidação. Na contramão desse processo o governo Temer inicia com a Medida Provisória (MP) nº 726, de 12 de maio de 2016, que altera a institucionalidade do governo federal. O argumento usado é a reforma administrativa para contenção de gastos públicos. Nessa medida são extintos Ministérios, Secretarias e a Controladoria Geral da União, o que provoca impacto considerável para muitos segmentos da sociedade, especialmente para os beneficiários das políticas públicas desenhadas para a população rural.

A MP nº 726, no artigo 1 e inciso VII, extingue o MDA, desconsiderando a sua importância na promoção da segurança alimentar e nutricional do país, bem como na inclusão de milhares de agricultores familiares no processo de produção. Essa ação terá graves consequências para a população do campo, além disso, indiretamente a população urbana também será afetada pelos resultados nefastos que essa medida pode provocar, via redução de alimentos produzidos e aumento do êxodo rural, dentre outros.

O MDA abrigava as principais políticas destinadas ao público rural e sua extinção ou transformação em uma secretaria mostra a pouca relevância que é dada para as questões dos povos rurais. Intini (2017a) fez uma análise das medidas adotadas para o meio rural nos primeiros 40 dias do governo e mostra que em curso segue “o retrocesso social, o desmonte das políticas públicas e a perda de direitos”.

A extinção do MDA é a expressão do retrocesso social, pois era uma entidade estruturante e onde se dava as lutas e conquistas dos povos através da representação e participação na elaboração das



políticas públicas. Nos governos anteriores havia um processo em construção no qual participava diferentes sujeitos sociais, dentre eles, destacam os agricultores familiares, indígenas, povos tradicionais e assentados de reforma agrária. Assim, o desmonte do MDA também é o desmonte dessa construção coletiva de políticas e programas com sujeitos da história envolvidos no processo.

Intini (2017a) afirma que o processo do desmonte das políticas públicas promovido vem ocorrendo de diferentes maneiras: paralisação, suspensão ou revogação das políticas. A paralisação se dá através do desmonte das equipes técnicas, das cadeias de comando e da suspensão de pagamentos e repasses de dinheiro. Quando se desfaz uma equipe técnica perde-se a “memória institucional”, quando se desmonta a cadeia de gestão compromete-se a manutenção dos atos administrativos. Essas situações foram identificadas no MDA e no INCRA, vez que a cadeia de comando e de gestão do MDA e do INCRA foi exonerada, inclusive nos Estados da federação. Quando ocorre a suspensão de pagamentos, repasses orçamentários e financeiros fica bastante evidente a paralisação dos serviços. Essa situação pode ser exemplificada com a suspensão dos recursos garantidos no Plano Safra da Agricultura Familiar e nos acordos de cooperação já firmados, aqui pode-se dizer que é “nítida a paralisia nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural e nas aquisições de alimentos por parte da CONAB, no âmbito do PAA” (INTINI, 2017a).

A suspensão ou revogação pode ser implantada com a revisão de normativos e com mudança de orientação estratégica. Várias revisões de normativos foram realizadas sem se fazer previamente um estudo qualitativo, de impactos e consequências. Segue o exemplo do programa Minha Casa Minha Vida Rural “retirando o tratamento diferenciado aos povos e comunidades tradicionais e para a reforma agrária” e da política de reforma agrária. A mudança de orientação estratégica pode ser exemplificada com a suspensão da Chamada Pública de ATER, esse ato “paralisa o processo de contratação de serviços especializados para as entidades da agricultura familiar que participam dos mercados públicos e privados, como associações e cooperativas” (INTINI, 2017a).



O referido autor, com base nos dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), compara a dotação orçamentária no Governo Dilma com o Projeto de Lei Orçamentária relativo ao ano de 2017 (PLOA 2017) e afirma que “(...) o governo Temer reduz em milhões de reais os recursos para as políticas públicas que atendem a agricultura familiar, a reforma agrária, os povos e as comunidades tradicionais” (INTINI, 2017b)

A redução do volume de recursos financeiros é um sinalizador do descaso com as políticas públicas rurais. A drástica redução de aproximadamente R\$ 200 milhões para a aquisição de terras indica que não haverá desapropriação no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Outro programa que também sofreu alta redução no volume de recursos foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); redução de aproximadamente R\$ 190 milhões em um programa extremamente importante tanto do ponto de vista econômico quanto social. No programa de ATER a redução foi de cerca de R\$ 156 milhões; considerando que esse programa é estruturante, e que dele depende a informação de acesso ao crédito, às tecnologias, à orientação técnica produtiva, dentre outras, haverá significativos impactos negativos para a população rural (INTINI, 2017b).

E como se diz no Nordeste brasileiro “desgraça gosta de companhia”, na mesma direção do desmonte das políticas públicas seguem os conceitos de agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais. Esses conceitos, que foram regulamentados com a Lei 11.326/2006, e com o Decreto 6.040/2007, respectivamente, encontram-se sob forte ameaça de desmonte. No dia 31 de maio de 2017 foi publicado o Decreto 9.064/2017, o qual dispõe sobre Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CNA) e regulamenta a Lei nº 11.326.

Nesse momento de instabilidade política a possibilidade de se alterar o conceito de Agricultura Familiar construído em 2006 gera muita incerteza para os povos do campo, da floresta e das águas quanto ao acesso as políticas públicas. Ainda não se pode dizer até que ponto o decreto vai alterar o significado do conceito da agricultura familiar e, portanto, quem será considerado como público, e



como serão resolvidas as questões práticas, tais como o financiamento de crédito. Entretanto as ações do governo Temer mostram que há um abandono das políticas públicas para o meio rural, e para além do descaso há uma “guinada conservadora” em diversas medidas políticas e estratégia do governo.

3. Considerações finais

Em sua origem o modelo de extensão rural foi excludente, por mais de meio século impulsionou a marginalização do agricultor familiar e intensificou o êxodo rural. Somente em 2003, com a PNATER, refaz-se a extensão rural, valorizando-se a participação dos sujeitos sociais na proposição das políticas rurais. Propõe-se uma ATER alternativa ao modelo dominante de inovação e difusão tecnológica na agricultura, destacando-se a crescente necessidade de incorporação do conhecimento tácito dos agricultores, que utilizam suas sementes crioulas e diversificam suas culturas.

Entende-se que apesar da crítica ao modelo dominante de ATER, o modelo alternativo limita-se a complementar as ações das empresas estatais para mitigar os problemas da agricultura familiar e não se constitui uma ferramenta capaz de mudar o paradigma produtivista devido a hegemonia do capital. Além disso, para agravar a situação, no Governo Temer há um retrocesso social e amplo desmonte das políticas públicas destinadas à população rural, colocando em dúvida a continuidade do modelo alternativo de ATER.

O momento político atual não traz nenhum sinal de que as condições de vida dos Severinos possam melhorar. Embora a racionalidade do mundo capitalista não aprobe, é preciso seguir com o sonho de mudança, com o sonho de que “outro mundo é possível”, em busca de uma utopia, para além da hegemonia capitalista. Existe saber fora da ciência direcionada para o produtivismo, e como diz Mia Couto (2009, p. 14), “nesse universo de outros saberes, sou eu o analfabeto. Não sei ler sinais da terra, das árvores e dos bichos. Não sei ler nuvens e nem o prenúncio das chuvas”.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Referências

- BRASIL. *Lei n. 12.188, de 11 de janeiro de 2010*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007.htm> Acesso em: 24 ago. 2016a.
- BRASIL. *Medida provisória N. 726, de 12 de maio de 2016*. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125733>>. Acesso em: set. 2016b.
- CAPORAL, Francisco Roberto. *Extensão rural como política pública: a difícil tarefa de avaliar*. Disponível em: < http://www.carbonojuruena.org.br/framework/fw_files/ >. Acesso em: 21 set. 2016.
- DUFUMIER, Marc. *Projetos de desenvolvimento agrícola*. Manual para especialistas. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia. Caps. 1 a 4.
- DUFUMIER, Marc; COUTO, Vitor de Athayde. *Neoprodutivismo*. Savador: Cadernos CRH n.28, p.81-111, jan./jun., 1998.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* São Paulo: Paz e Terra, 13ed., 2006.
- GERMANI, Guiomar. Questão Agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, Agripino et. al. *(Geo)grafias dos movimentos sociais*, UEFS Editora. Feira de Santana, Bahia, 2010.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, 2ed., v.29, 362p. (Coleção O mundo, hoje).
- INTINI, João Marcelo. *40 dias de TEMERridades no Rural Brasileiro*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/07/06/40-dias-de-temerridades-no-rural-brasileiro/?platform=hootsuite>. Acesso em: jul. 2017a.
- INTINI, João Marcelo. Disponível em: <http://www.pagina13.org.br/questao-agraria/um-longo-retrocesso/#.WWbdB4jyu00>. Acesso em: 12 jul. 2017, b.
- LISITA, Frederico Olivieri. *Considerações sobre a extensão rural no Brasil*. Corumbá (MS). Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/ADM077.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2016.
- MACHADO, Gustavo Bittencourt. *Afetividade e desenvolvimento: a formação do servidor comunitário e as tecnologias sociais*. Salvador, 2010, 178 p. (Relatório de pós doutorado).
- MACHADO, Gustavo Bittencourt; SILVA, Edna Maria da. Gestão tecnológica e desenvolvimento: a avaliação dos NAFs do Agrofuturo. In: *Inovações em desenvolvimento territorial: novos desafios para Ebrapa*. Brasília, 2011, p. 301-340.
- MDA/CONDRAF – *Plenária: A agricultura familiar e desenvolvimento sustentável do Brasil Rural*. Brasília: 2006.
- MIA COUTO. *E se Obama fosse Africano?* E outras intervenções. 2009.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

NETO, João Cabral de Melo. *Morte e Vida Severina*: auto de natal pernambucano. Rui de Janeiro: Alfaguara, 2016.

OLINGER, Glauco. *Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil*. Florianópolis: Epagri, 1996.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. Brasília: *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v.16, n.2, p.97-134, mai/ago., 1999.

OLIVEIRA, Francisco. Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? IN: SPINK, Peter et all (Orgs.). *Novos Contornos da Gestão Local: Conceitos em Construção*. São Paulo: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002, pp.11-31.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Editora Martins Fontes. 1974.

PEIXOTO, Marcus. *A assistência técnica e extensão rural e a política agrícola*: crise e mudança. Brasília: Centro de Estudos do Senado Federal, out. 2008b. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes>>. Acesso em: 10 out. 2014

PEIXOTO, Marcus. *Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação*. Brasília: Centro de Estudos do Senado Federal, Textos para discussão n. 48, out. 2008b. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao>>. Acesso em: 10 set. 2014.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995. 470 p.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. O modelo euro-americano de modernização agrícola. São Paulo: Nova Economia, vol. 2, p. 175-197. 1991.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal; das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: STARLING, H.M. e ALMEIDA, S.R.(org). *Sentimentos do mundo; ciclo de conferencias dos 80 anos da UFMG*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2009

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Fórum Social Mundial*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 15-101.

USDA – United States Department of Agriculture. *Cooperative Extension System Offices*. Disponível em: <<http://www.csrees.usda.gov/extension>>. Acesso em: 18 out. 2016.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio